

Agência vai promover Brasil no exterior

Instituição sem fins lucrativos será criada por FHC para estimular captação de recursos

SUELY CALDAS

RIO – O governo FHC vai criar uma Agência de Promoção do Investimento no Brasil, uma sociedade de direito privado, sem fins lucrativos, com funções de captar investimento externo, vender a imagem do Brasil e o potencial de sua economia no exterior.

A nova agência vai organizar uma rede computadorizada de dados com todas as informações que o investidor precisa para concretizar seu investimento. Um grupo de trabalho, integrado pelos ministros do Planejamento, Fazenda, Desenvolvimento e Relações Exteriores, além do presidente do Banco Central, vem trabalhando discretamente, desde o dia 15 de dezembro, na concepção desta Agência e tem prazo até 15 de fevereiro para apresentar um projeto pronto.

O ministro do Planejamento, Martus Tavares, integrante do grupo, disse ao Estado que a Agência começará a funcionar ainda neste semestre.

“A idéia é antiga, mas só agora ganhou força porque ela só seria viável com a estabilidade econômica”, explicou o ministro. Ele garante que a Agência será autofinanciável, não usará recursos públicos e não usurpará poder nem espaço de ministérios ou

do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que exerce o papel de fomentar o investimento por se tratar do único banco que concede empréstimos de longo prazo no País.

“Estamos de pleno acordo com a idéia da Agência”, afirma o presidente do BNDES, andrea Calabi. “Ela é necessária e não conflita com a função do BNDES”. Ainda não há indicações de nomes para ocupar o cargo de principal executivo da Agência, mas Calabi adianta o perfil do futuro escolhido: “Tem que ser um bom diplomata com cabeça econômica ou um competente economista com conhecimento de organismos multilaterais”.

Labirinto – A globalização provocou uma explosão de investimentos estrangeiros na economia mundial, na última década, obrigando os países a criar meios de atrair e facilitar a vida do investidor, preparar-se para participar com vantagem dessa disputa. Em 1998 o investimento direto estrangeiro cresceu 39% em relação a 1997 e movimentou cerca de US\$ 650 bilhões.

Daí o surto de criação dessas agências no mundo inteiro. Em 1997 elas existiam em 95 países, de acordo com a World Association of Investment Promotion Agencies. No Brasil, a instabilidade econômica, a inflação e a incerteza de regras estáveis para a economia privada impe-

VIA-CRUCIS DO INVESTIDOR

Para obter informações e decidir seu negócio, o investidor é obrigado a percorrer uma série de guichês e endereços

1 Banco Central - Já conhece a legislação do investimento estrangeiro, remessa de lucros e dividendos e outras normas 2 Ministério da Fazenda - O que fazer para obter registro de sua empresa e investimento 3 Ministério do Desenvolvimento - Legislação para o investimento industrial, Estados que concedem incentivos fiscais 4 Ministério do Planejamento - Investigar se o negócio tem relação com programas de investimento do governo, como o Avança Brasil 5 Ministério do Trabalho - Legislação trabalhista que regulam relações empresa e trabalhador 6 Receita Federal - Legislação tributária, impostos incidentes sobre produção e comercialização, restrições a importações	7 INPI - Legislação e registro de patentes para o investimento 8 Agências reguladoras - Leis de serviços públicos e de infra-estrutura - telefonia, energia elétrica, transportes que será utilizada 9 BNDES - Normas para crédito de longo prazo, diferenças entre empresa nacional e estrangeira 10 Sudene e Sudam - Incentivos fiscais e outros em investimentos no Nordeste e Amazônia, até mesmo Zona Franca de Manaus 11 Federações das Indústrias - Fonte de consultas para avaliar potencial de mercado para seu investimento, relações com instâncias do poder público, etc
---	--

**ÓRGÃO
DEVE FACILITAR
VIDA DO
INVESTIDOR**

diam a criação de uma agência do gênero.

O primeiro objetivo do novo órgão será centralizar, simplificar e consolidar o labirinto de legislações e informações que o investidor precisa para tocar seu negócio, seja ele brasileiro ou estrangeiro. As informações estão dispersas em múltiplos órgãos do governo e são dezenas os guichês e endereços que o investidor precisa percorrer para reunir tudo o que precisa.

Martus Tavares conta que

em recente seminário internacional, em Nova York, sobre o programa Avança Brasil, a indagação mais ouvida em tom de reclamação foi: “Ministro, a gente chega no Brasil e não sabe onde nem a quem se dirigir”. Ao final do seminário foi a vez do embaixador brasileiro nos EUA, Rubens Barbosa, cobrar: “Está vendo Martus? É o que mais ouço por aqui”.

A nova Agência vai concentrar todas as informações, legislações, dados sobre economia brasileira e tudo o que for útil para facilitar a vida do investidor. “Será núcleo virtual, uma espécie de portal de entrada para atender a carência de infor-

mações do investidor, do potencial do mercado brasileiro e das vantagens de investir no Brasil”, define o ministro.

Está sendo estudada a estrutura jurídica privada para a Agência. Ela terá fins lucrativos, será uma espécie de parceria público-privada, mas será autofinanciável, com a venda de informações e prestação de serviços.

O ministro garante que a agência não vai invadir o terreno de outros órgãos públicos e nem reeditar a velha disputa de poder entre ministros e funcionários graduados. No cotidiano, porém, a realidade pode ser outra. Mas isso o futuro dirá.